Introdução

Ana Paula Marques*

Este número temático de *Configurações*, intitulado *Trabalho e não-trabalho. Valor e (in)visibilidade,* visa sistematizar questões e hipóteses de análise que permitam discutir a relevância sociológica do trabalho enquanto "experiência social central" na sociedade contemporânea.

Fruto das tendências de flexibilização, individualização, liberalização e desregulação das relações de trabalho que atravessam as sociedades globalizadas, os impactos dos diversos processos de (re)composição do mercado de trabalho remetem-nos para a análise do enquadramento global das metamorfoses do trabalho, das dinâmicas de precarização do emprego, das vulnerabilidades e riscos que tendem a configurar os actuais modos de vida colectivos. Por sua vez, estes inscrevem-se ao nível do plano das experiências subjectivizadas que não se encontram imunes aos constrangimentos e às potencialidades de acção, individual e colectiva, que se expressam nos quotidianos profissionais, nas suas diversas dimensões (*e.g.*, tecnológica, organizacional, interactiva e simbólica) e em interdependência com outros contextos (*e.g.,* formativos, familiares e lúdicos). São perspectivadas várias teorias que remetem ou para a centralidade do trabalho ou para o fim do trabalho, bem como teorias que visam explicar e compreender as actuais tendências de precarização do trabalho, de reversibilidade e descontinuidade dos processos de inserção profissional e transição entre trabalho e não-trabalho e, em particular, da crescente (in)visibilidade dos contextos e relações de trabalho resultantes da transformação de normas jurídicas e referentes temporais e espaciais. As argumentações emergentes têm conduzido a fortes polémicas que configuram também debates entre ideologias de legitimação do *statu quo versus* utopias, apontando horizontes de emancipação social, umas e outras com repercussões nos quadros de interacção social na vida quotidiana.

* Departamento de Sociologia, Universidade do Minho (amarques@ics.uminho.pt).

Com um leque alargado de artigos, a organização deste número temático exprime, em grande medida, uma coerência temática visível na discussão de "trabalho", sem perder de vista as diversas manifestações de "não-trabalho", incluindo o contributo de olhares internos e externos à realidade portuguesa. Convocam-se as dimensões valor e (in)visibilidade para anunciar algumas das principais linhas de interpelação e discussão do mundo do trabalho nas sociedades contemporâneas.

Nesse sentido, inicia-se a revista com um artigo conjunto de José Luis Veira Veira e Celia Muñoz Goy, um sociólogo e outra economista, ambos professores de Universidade de Corunha, que perspectivam as variações dos valores "instrumentais" e "expressivos" do trabalho através de uma análise comparativa de dez países europeus com maiores índices de desenvolvimento humano. O artigo parte de uma conceptualização das "duas caras do trabalho", sendo que uma delas se refere à relação mercantil desigual e de exploração, que define o sistema de acumulação capitalista, e uma outra que recobre três ideias principais, designadamente, o trabalho enquanto fonte de riqueza e poder das nações, o trabalho como dever e obrigação social e o trabalho como uma actividade que permite a auto-realização profissional. Ao procurar discutir o alcance das orientações valorativas do trabalho, designadamente as de cariz instrumental e expressivo, os autores mobilizam diversos enfoques teóricos na explicação sobre qual o tipo de orientação valorativa é prevalecente e qual a direcção da mudança de valores verificada ao longo das últimas décadas. Avançam como hipóteses explicativas das orientações laborais as mudanças intergeracionais e os factores de determinação do *status* socioeconómico dos indivíduos. Ao mobilizarem várias variáveis numa análise quantitativa, tais como a coorte por ano de nascimento, o sexo, a ocupação, o grau de satisfação com a situação financeira, a situação laboral, entre outras, os autores concluem que o nível de habilitações constitui a única variável que se correlaciona significativamente com as orientações laborais nos dez países considerados, sendo que as outras variáveis apresentam inconsistências no seu poder preditor tanto a nível individual (micro), como nacional ou por países (macro), com correlações significativas apenas nalguns dos países considerados. Assim, concluem o artigo considerando que o nível de estudos se apresenta como o factor mais determinante na difusão e no desenvolvimento de valores expressivos no trabalho.

Seguidamente, José Nuno Matos conceptualiza o riso como um instrumento de gestão, ao invocar a analogia do acto de trabalhar ao do de participação numa dramaturgia social em que a pessoa se sujeita a um processo de auto-apresentação. Cruzando vários contributos teóricos, incluindo alguma da terminologia de Goffman, questiona a apropriação do riso enquanto meio e fim de expressão de sentimentos de bem-estar, de afecto, de excitação, mas que, ao mesmo tempo, integra o capital imaterial a mobilizar pelas empresas. Desta forma, o autor contribui para conferir *visibilidade* ao paradigma organizacional

que elege tanto o riso, como outros traços humanos, como elementos fundamentais na administração dos trabalhadores e no relacionamento da empresa com o cliente. Na verdade, a crescente indefinição do que é e do que não é trabalhar, a informalidade, a intensificação e a precariedade das relações de trabalho constituem *formas subtis de dominação*, com implicações na qualidade de vida profissional, familiar e individual. Por sua vez, e de forma criativa, o autor recorre a vários exemplos de situações de trabalho, desde uma hospedeira de bordo a um operador de um *call-centre*, para reiterar o facto de o riso, tal como no passado onde predominava o paradigma de organização *taylorista*, tender a surgir como "registo escondido", que expressa fortes contradições ao expor os mais íntimos traços do indivíduo ao controlo e domínio das empresas.

O ensino superior e o processo de transição para o mercado de trabalho apresentam-se como temáticas centrais desenvolvidas nos artigos de Mariana Gaio Alves e de Ana Paula Marques. A sistematização e a comparação dos principais estudos realizados em Portugal sobre a inserção profissional de diplomados de ensino superior constituem os principais propósitos de Mariana Gaio Alves. Na verdade, face ao crescente interesse pela temática registada nos últimos anos, visível na multiplicidade de estudos extensivos, torna-se cada vez mais premente pensar em contribuir para a melhoria e consolidação dos instrumentos privilegiados de recolha de informação e, sobretudo, das principais dimensões e indicadores mobilizados. A heterogeneidade de procedimentos adoptados conduziu a autora a questionar-se se será pertinente continuar a realizar estes tipos de estudos. Do ponto de vista dos dados substantivos, reúnem-se neste artigo elementos que permitem caracterizar as situações profissionais dos diplomados no momento da inquirição, tanto no que respeita às características das trajectórias protagonizadas quanto no plano das opiniões sobre as mesmas. Contrastando com as posições e visões mediatizadas através de diversos intervenientes institucionais, é possível caracterizar dinâmicas positivas de inserção profissional dos jovens licenciados quando comparados com outros grupos juvenis sem qualificações de nível superior. Porém, é inquestionável que nos anos recentes, sobretudo a partir de 2005, os sinais de precarização e instabilidade das relações de trabalho atingem igualmente os jovens diplomados que passam a incluir a experiência da vivência de situações de desemprego.

Será na problematização da transformação da norma de emprego vigente até finais dos anos 70 do século XX e da apologia de uma espécie de teologia do mercado ou de "sacralização" do mesmo que Ana Paula Marques procura discutir no seu artigo as implicações da passagem de um "emprego para a vida" para uma "empregabilidade para a vida". Esta passagem é acompanhada, seguramente, por processos de reconversões tecnológicas e ideológicas, desde logo pela imposição das tecnologias de informação e comunicação a todos os níveis da dimensão económica e societária, como de individualização e erosão de "culturas de trabalho", i.e., de normas, valores e modelos culturais. O questiona-

mento da autora estrutura-se em torno dos processos de ressimbolização do trabalho que definem os principais contornos das relações de e no trabalho no actual regime de acumulação flexível. Recorrendo a informação substantiva, é possível caracterizar o mercado de trabalho de jovens diplomados sob o signo da precariedade. Tal é visível através da "instalação" na precariedade que tende a constituir-se como um modelo alternativo de inserção profissional, como através da informalidade e da subjectividade investidas nas relações de trabalho, aceitando a hegemonia de uma lógica de competências fundada em "saberes--qualidades" e, ainda, através de diferentes orientações sociovalorativas expressas pelos jovens em início de uma carreira. Neste contexto, a autora argumenta que a profusão de estatutos sociais diferenciados, decorrente de imperativos económico-políticos, de recomposições técnico-organizacionais e de dispositivos públicos de apoio ao emprego e formação, contribui para a delimitação de grupos sociais que se concentram, cada vez mais, em blocos de "integrados", "precários" e "excluídos" do mercado de trabalho.

Pretendendo aprofundar o conceito de "precariedade" e "trabalho precário", em especial as suas consequências sociais, Teresa Sá desenvolve antes de mais uma abordagem diacrónica ao remeter para uma análise do contexto histórico-social em que aqueles emergem para, em seguida, articular as suas propostas numa discussão mais vasta em torno das "novas formas de trabalho". Na sua perspectiva, estas surgem validadas pelo actual contexto económico, político e legislativo que incentiva a difusão de contratos a tempo parcial, contratos a termo, contratos temporários e o recurso a prestadores de serviços. Neste artigo, a autora retoma os vários contributos teóricos sobre esta temática, relativizando algumas das propostas de conceptuzalização e de comparabilidade de alguns dos indicadores que suportam o alastramento da precariedade nos países europeus, destacando a situação portuguesa. Na verdade, a difusão de formas "flexíveis" de emprego, que tendem a tornar mais visíveis as situações de vulnerabilidade e de "riscos sociais" a que ficam expostos segmentos crescentes da mão-de-obra activa, interpela-nos necessariamente para uma reflexão em torno das consequências sociais da "insegurança laboral", da centragem no trabalhador de "novo tipo", i.e., ser empresário de si próprio, e da alternância de períodos de trabalho e não-trabalho ao longo da vida nos modos de vida dos indivíduos.

Retomando a relação com o mundo de trabalho, a abordagem dos acidentes de trabalho proposta pelos autores João Areosa e Tom Dwyer não só nos remete para a necessária relevância desta temática no quadro da investigação científica como visa traçar "novos caminhos para a análise sociológica" dos acidentes de trabalho, em articulação com outras disciplinas científicas. A discussão em torno da noção de acidente de trabalho, suas causas, contextos de *(in) visibilidade* e percepções por parte dos actores sociais perpassa o artigo, sendo que a âncora de sistematização e problematização se situa ao nível da proposta

sociológica de Dwyer, que remete a sua análise para as relações sociais de trabalho. Desta forma, os autores propõem uma reinterpretação de alguns resultados empíricos num quadro de uma teoria social dos acidentes de trabalho.

Ao centrar-se num nível micro de análise, designadamente o contexto hospital e a experiência formativa de supervisão de estágios, Ana Paula Macedo transporta-nos no seu artigo para uma discussão teórica em torno da (inter)dependência dos modelos de "supervisão formativa" e de "organização hospitalar". A comparação de duas lógicas organizacionais – Escola de Enfermagem e Hospital – permite-lhe aferir do grau de implicação da modernização-racionalização de actividades de serviços, seus princípios de gestão por objectivos, de procura de eficiência, eficácia e produtividade, bem como em que medida os próprios actores sociais implicados percepcionam essa mesma implicação. Em termos prospectivos, a autora conclui da relevância de ambos os contextos organizacionais resistirem a uma lógica de "racionalização de mercado" de modo a salvaguardar a especificidade das suas missões.

O último artigo que integra este número temático retoma a questão da informalidade pelas palavras de Ricardo Antunes, sociólogo do trabalho da Universidade de Campinas, Brasil. A exemplificação dos "modos de ser" da informalidade no sector industrial e de serviços permite-lhe demonstrar a ampliação acentuada de trabalhos submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registo em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, em actividades mais instáveis ou temporárias, quando não na condição de desempregado. Na sua sustentação, o autor expõe duas teses fundamentais: a primeira, a partir da formulação marxiana de valor de trabalho, critica o alcance da "qualidade total" que se apresenta sobretudo como "um mecanismo produtivo gerador do descartável e do supérfluo", constituindo-se, assim, um impedimento para uma sociedade efectivamente auto-sustentada; a segunda concebe a empresa orientada pela lógica de "flexibilidade liofilizada" que se fundamenta numa impulsão intrínseca para o aumento da "superfluidade do trabalho", já que necessita cada vez menos de trabalho estável. No limite, sentencia o autor que a crescente tendência para a "flexibilização e informalidade da força de trabalho são caminhos seguros, utilizados pela engenharia do capital, para arquitetar e ampliar a intensificação, a exploração e, *last but not least*, a precarização estrutural do trabalho em escala global".

Configuracoes 7.indb 11 03-07-2011 19:59:28